



Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, na Delegação da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso no lugar do Pisão, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, Sandra Maria Sias Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
- 2. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo;**
- 3. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão ao Orçamento 2022;**
- 4. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022/2025;**
- 5. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, de Apoio Social - Aprovação da Tarifa Social da Água nos Termos do Decreto Lei 147/2017, 5 de dezembro e Ressarcimento de Verbas no Âmbito do Regulamento Municipal "Crato por Tudo" – CMI Vinheta Branca - à Empresa Intermunicipal Águas do Alto Alentejo.**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, João Manuel Ferreira Farinha, Rui António Pires Marques, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Celestino Marques Faustino, Miguel Romão Caldeira Batista, Pedro Alexandre Bizarro Carranca Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Eduarda Maria Subtil Pires, Luís Duarte Lopes Tomé e Francisco João Belo Farinha.

A eleita **Célia Maria Felizardo Meira** fez-se substituir por **João Paulo Mendes Baleiza**, por impedimento do eleito imediatamente a seguir na lista de candidatos à Assembleia Municipal, José António Ribeiro Durão.



A eleita **Joana Isidro Rosa Novais da Rocha** fez-se substituir por **Hugo José Correia Pires** por impedimento do eleito imediatamente a seguir na lista de candidatos à Assembleia Municipal, **Andreia Pires Carrilho**.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Isabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e os senhores Vereadores **Pedro Miguel Belo Coelho**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato Raposo**.

O senhor Vereador **José Correia da Luz** não esteve presente e não justificou a sua falta.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas dezoito horas e quinze minutos.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO

Não se registou a presença de público.

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **Ata nº 3/2022 da sessão ordinária de 25 de junho de 2022** à votação a qual foi aprovada, por unanimidade.

Os eleitos **Francisco João Belo Farinha**, **Pedro Alexandre Bizarro Carranca**, **Hugo José Correia Pires** e o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata**, **Sérgio João Farinha Calado** não participaram na aprovação por não terem estado presentes na referida reunião.



A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência recebida e expedida de **25 de junho a 29 de setembro de 2022**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou que no dia 26 de setembro foi publicado o Decreto-Lei n. 62/2022 após a homologação do senhor Presidente da República, Decreto-Lei que constitui o Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e que adota as medidas excecionais para a concretização do mesmo. Este empreendimento foi considerado de interesse público nacional, considerando que este projeto será uma solução integrada capaz de garantir de uma forma sustentada o abastecimento público às populações e o desenvolvimento socioeconómico do distrito.

Referiu que este investimento é um sinal claro, positivo e inequívoco que o Governo dá ao Alto Alentejo, podendo dizer-se que é o maior investimento público das últimas décadas neste território, estando plenamente convicta que irá ser uma realidade e que este investimento se afigura como estruturante e, como tal, deverá ser encarado naturalmente como uma oportunidade capaz de garantir o desenvolvimento social, económico e sustentável do Alto Alentejo, na criação de postos de trabalho, na criação de riqueza, na criação de condições para fixação das pessoas, mas também, um investimento estruturante para o cumprimento de um dos grandes desígnios que se coloca ao País, que é o desígnio da coesão social e territorial.

Reiterou uma palavra de agradecimento e de reconhecimento a todos que, com o seu trabalho, esforço e dedicação irão permitir contribuir para a concretização de um sonho adiado há mais de seis décadas, um sonho que trará confiança e esperança ao futuro do Alto Alentejo, um futuro mais justo e resiliente, mais competitivo, mais coeso e mais sustentado.

Deixou uma palavra de agradecimento e reconhecimento, porque considera justo e merecido, ao senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, pelo acompanhamento que tem feito de todo este processo e que tem dedicado uma parte substancial da sua vida profissional à concretização deste sonho.

Disse que vai ser um marco histórico para o Alto Alentejo, conciliado com outros investimentos e de uma forma sustentada e integrada com outras vertentes.

Os eleitos da CDU entregaram uma **declaração política** sobre o **Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato**, que se anexa.



Tomou a palavra a senhora **Presidente da União de Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Isabel Merêces**, para se congratular e agradecer a todos aqueles que estão envolvidos neste projeto, pois é um sonho, é a ânsia deste povo, e agradeceu diretamente ao senhor Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, por todo o seu trabalho dedicado a este projeto.

Interveio o eleito **Miguel Batista, do PS**, dizendo que relativamente à Barragem do Pisão, o grupo municipal do Partido Socialista reitera as palavras da senhora Presidente da Assembleia, da senhora Presidente da União de Freguesias, bem como, com quase tudo aquilo que foi a intervenção da eleita Ana Teresa Charneco, da CDU.

Parabenizou o senhor Presidente, Joaquim Diogo, pois foi ele que levou por diante este projeto, não descurando o esforço de todos os outros Presidentes de mandatos anteriores, do Presidente da CIMAA e dos Presidentes dos restantes Municípios do Distrito de Portalegre, que se aliaram a este empreendimento.

Foi com agrado que viu o Decreto-Lei n. 62/2022 aprovado, bem como a aprovação do Estudo de Impacte Ambiental, ainda que com alguns condicionalismos.

Fez referência ao Festival do Crato dizendo que o seu regresso após dois anos de pandemia foi muito desejado, referindo a excelente organização, bem como o aumento do recinto, os espetáculos de qualidade e a segurança de todo o evento, frisando o grande contributo que o Festival dá à economia local.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires**, entrou na sala pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, dizendo que hoje estão todos aqui em resultado das eleições de há um ano e impõe-se uma breve nota a título de balanço e reafirmação, elementos deveras importantes da estratégia política que os trouxe até aqui.

Disse que o PPD/PSD, na altura afirmava na sua apresentação, que aos autarcas é exigido respeito, pois é suposto fazerem o que gostam e ainda assim, são pagos com o dinheiro dos impostos e das taxas com vista a servir os interesses de todos, sem nunca confundir o exercício do cargo com superior interesse público no estrito e rigoroso cumprimento da Lei.



Disse que, ainda assim, e no decorrer da campanha eleitoral, em setembro de 2021, enquanto candidato à Assembleia Municipal, sempre se fez acompanhar de um recorte de jornal, no qual dizia entre outras coisas que, apenas no mês de junho, o Primeiro-ministro esteve em mais de dez iniciativas de divulgação de fundos da bazuca, que incluía a Barragem do Pisão. Com isto quis dizer que é necessário ter respeito pelas pessoas que estão na persecução de determinado objetivo que se vai traduzir na concretização do superior interesse do Concelho e da região.

Referiu que, sobretudo nesta fase e nas que se aproximam, é sua obrigação respeitar pessoas, órgãos, instituições e discutir políticas e não política, quando estão em causa assuntos de dimensão gigantesca como é a construção da Barragem do Pisão. Na sua opinião, neste momento ninguém deve gastar muita energia em assuntos laterais que desviem a atenção principal da importância que tem este projeto para o Concelho, pois é o futuro dos nossos filhos.

Disse que o futuro, ao fim de 65 anos, começou oficialmente no dia 26 de setembro com entrada em vigor do Decreto-Lei que constitui o Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e que adota as medidas excecionais para a concretização do mesmo, referindo que isto é um projeto, não só do Crato, mas também da distrito, da região e do País e para os que vão usufruir no futuro, deste empreendimento, que os autarcas trabalham, dando o seu melhor.

Disse que a União Europeia está com o Alto Alentejo, tal qual está também o Estado Português nas suas três vertentes mais significativas, a saber, o Governo, o Parlamento e o Presidente da República.

Disse que decorrido um ano de mandato, importa refletir aquilo que foi o principal problema do Concelho do Crato, no qual estão todos os problemas estruturais, referindo-se à demografia. Não se deve limitar a reagir às circunstâncias relutantes do inverno demográfico que nos assola, dizendo que há que ser proativo e enfrentar sem receios os desafios do futuro.

Deixou um proposta de trabalho que se traduz em fazer uma jornada/reflexão “Estados Gerais do Concelho”, que sejam convidados representantes de todas as instituições da sociedade civil do Concelho, das instituições públicas e privadas do Concelho e do setor social, todas as entidades culturais, desportivas e religiosas e ainda assim, representantes das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, com abertura a todos os munícipes do Concelho do Crato.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro
Reunião Ordinária



CRATO
Município

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que se congratula com Decreto-Lei que constitui o Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e que adota as medidas excecionais para a concretização do mesmo, e que a freguesia de Gáfete em termos territoriais se congratula com todo o trabalho que tem sido feito, pois consideram que esta obra irá possibilitar mais emprego, melhores condições de vida, mais atrativos em termos de empreendimento turístico, parabenizando a pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato, Joaquim Diogo por todo o trabalho desenvolvido em prol do Concelho, acreditando que no final de 2025 esta obra estruturante esteja pronta.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, para fazer uma apresentação sobre o ponto de situação do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, frisando que são quinze municípios envolvidos neste projeto, através da CIMAA e, que, foi-lhe dada a responsabilidade de representar os quinze municípios, sendo um desafio tremendo voltar a tirar este projeto quando já era quase proibido falar dele.

Congratula-se com a coragem destes quinze municípios de terem assumido novamente este grande empreendimento, frisando que é extraordinário terem chegado ao ponto em que está, com uma declaração de impacte ambiental positiva, condicionada é facto, mas, todos eles têm resposta, dizendo que estão a preparar uma equipa para poder responder positivamente a todas as condicionantes impostas, dando nota de imensa gratidão a quem acreditou neste projeto, ao Governo Português que teve a coragem de o colocar no PRR, também aos quinze autarcas que estiveram sempre unidos, mesmo nas situações mais difíceis.

Frisou que é tecnicamente arrojado, aquilo a que se comprometeram a fazer, que é construir uma barragem até sensivelmente meio do ano de 2026, construir uma rede de rega com muitos quilómetros de rede primária e secundária desafiante, construir uma central fotovoltaica com uma capacidade de cerca de 150 megawatts para alimentar esta região, construir um sistema de adução com oito concelhos através do sistema integrado da ETA da Póvoa e Meadas para abastecimento público.

O senhor Presidente na sua apresentação mostrou um quadro com todas as empreitadas e projetos que já foram submetidos através da CIMAA, dando nota que existem dois financiamentos a decorrer, um através do POAT (Programa Operacional Assistência Técnica) para fazer estudos sobre a Barragem do Pisão e outro ao nível do PRR para estudos e projetos.



Fez referência a algumas das condicionantes da declaração de impacto ambiental, que derivado aos prazos apertados, teve que ser aceite em dois dias, não podendo ser rebatida tal como desejaria.

Fez referência também às inúmeras reuniões tidas para cumprir todos os prazos exigidos, para dar respostas à APA e ao PRR.

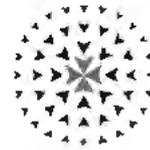
Frisou que há grande preocupação com os habitantes do Pisão e que, no dia seguinte irá acontecer uma reunião com uma pró-associação de residentes e proprietários, considerando que é um processo que envolve pessoas, que envolve a deslocalização de uma aldeia, e que tem que ser muito bem acompanhado.

Informou que está a ser tratada a criação de uma estrutura de missão para a gestão do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e que durante o mês de outubro vão acontecer mais reuniões com as inúmeras entidades envolvidas neste RECAPE, preparando com a máxima urgência no período temporal mínimo possível, a submissão desse mesmo RECAPE para avaliação e também todos os trabalhos inerentes à abertura de concurso público para a construção e fiscalização das respetivas obras.

Disse que este é o trabalho, e uma parte da sua vida no último ano principalmente, sendo de uma enorme responsabilidade ter nas mãos este projeto e, que, esta Assembleia Municipal irá ter também responsabilidades muito grandes daqui para a frente, nomeadamente com o realojamento dos habitantes do Pisão, pedindo a todos consciência da responsabilidade que irão ter em mãos.

Terminou agradecendo ao Governo de Portugal pela coragem de manter este projeto, aos autarcas do Alto Alentejo pelo facto de acreditarem que era possível retomar este processo, aos trabalhadores da CIMAA e dos municípios que têm sido envolvidos em trabalhos de preparação e que têm respondido de uma forma absolutamente profissional e exemplar, aos nossos deputados, principalmente aos que são eleitos pelo círculo eleitoral de Portalegre pela força que deram a este projeto, às empresas que assessoram e às entidades que nos fiscalizam, que têm sido absolutamente determinantes neste projeto e a todas as pessoas que acreditam e que ajudam e principalmente à pessoas do Pisão pela tranquilidade que demonstraram até hoje neste processo.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que depois de ver esta apresentação, dificilmente este processo será revertido.



Fez algumas considerações sobre a declaração de impacto ambiental condicionada, e congratulou-se com este projeto que irá ter impactos ambientais negativos, mas terá com toda a certeza impactos ambientais positivos, tais como um clima menos seco, vai permitir ter outro tipo de culturas mais rentáveis, vai permitir mais turismo, vai permitir reserva de água, energias limpas e vai permitir um desenvolvimento sustentável de uma região, desejando que tudo corra bem porque o concelho do Crato merece.

Os **eleitos da CDU** entregaram uma **declaração política** sobre a **gestão da água e a empresa Intermunicipal de Águas do Alto Alentejo**, que se anexa.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

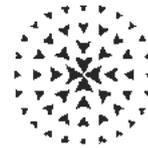
Interveio o eleito **Miguel Batista do PS**, dizendo que relativamente ao assunto Saúde, se regozija com a cedência de um carro ao Centro de Saúde do Crato por parte do Município e o facto de já existir uma médica a tempo inteiro, bem como outra médica a fazer reforço.

Relativamente à Cultura salientou a reparação do 2.º piso do Museu Municipal para alojar duas coleções que foram doadas ao Município do Crato, bem como o 5.º aniversário da reabertura do Museu.

Fez referência a todo o apoio que o Município deu à realização de todos os festejos e festas de verão do Concelho, realçou a ocupação de tempos livres, que é uma mais-valia para a escola, bem como a oferta da escola virtual a todos os alunos do Agrupamento de Escolas do Crato.

Disse que observando as reuniões de Câmara, constatou com muito agrado que o Agrupamento de Escolas do Crato, este ano, tem mais 25 alunos que em 2021, o que é uma boa notícia pois a tendência é a diminuição.

Salientou também que o Conselho Municipal de Educação já está a funcionar novamente, a Carta Educativa em alteração.



Fez referência ao apoio dado pelo Município, aos vários ATL's de verão no Concelho, bem como o Programa Dinâmica Jovem que deu um grande impulso e uma enorme ajuda aos jovens a ganharem algum dinheiro para os seus gastos, jovens esses que fazem um grande trabalho em prol do Município.

Salientou o arranque da obra do Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato (Edifício da Varanda do Prior do Crato), tendo a obra da Praça do Município em fase avançada.

Por último salientou a preocupação do Município e da Proteção Civil na renovação das sinaléticas dos caminhos vicinais.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, congratulando-se com o facto de, no período que mediou a última assembleia e esta, apresentou-se ao serviço no Centro de Saúde do Crato uma nova médica, pois foi exatamente aquilo que tinha dito na última sessão da Assembleia Municipal.

Salientou que nessa assembleia disse que relativamente à questão do médico, com os números que apresentou na altura, 60% de prémio para quem viesse trabalhar para o interior, mesmo assim o senhor Primeiro-ministro, não iria garantir um médico de família a todos, como tinha prometido nas eleições anteriores.

Neste sentido, frisou que na reunião do Executivo Municipal imediatamente a seguir à chegada da nova médica, a senhora Vereadora Florinda Raposo, da CDU, afirmou que tinha havido um elemento da Assembleia Municipal que fez determinadas afirmações, dizendo que a senhora Vereadora estava enganada pois as afirmações que fez sobre aquilo que foi dito pelo eleito Rui Marques na Assembleia Municipal, não coincidem com o que realmente foi dito.

Frisou que a sua boa fé na questão da Saúde no Crato é igual à de qualquer outro eleito que aqui está nesta Assembleia, solicitando à senhora Vereadora Florinda Raposo para ter mais cuidado com a interpretação das palavras do eleito Rui Marques acerca de qualquer assunto.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, congratulou-se e deu nota que o senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo, para dar resposta às necessidades dos munícipes, foi uma peça fundamental junto do Conselho de Administração da ULSNA, para que fosse contratada e admitida uma nova médica de saúde familiar a tempo inteiro no Centro de Saúde do Crato.



Questionou o senhor Presidente da Câmara, perguntando em que situação se encontra a obra da nova Extensão de Saúde de Gáfete.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, começou por dar nota da intervenção do eleito Rui Marques, dizendo que enquanto Presidente de Câmara e com responsabilidade acrescida de representar todo o órgão Câmara Municipal, e não tendo presente as declarações a que se refere, solicitou que todos os membros da Assembleia Municipal não pessoalizassem, muitas das vezes, as suas intervenções, e que utilizassem um fórum antes ou depois das sessões para esclarecerem determinadas coisas que, por vezes, nas reuniões de Câmara, são ditas sem intenção.

Disse que, mesmo não concordando com algumas metodologias ou posições de algumas pessoas, considera que todos os eleitos fazem o seu trabalho em prol do Concelho do Crato, respeitando o trabalho de todos.

Deu relevância à Ocupação dos Tempos Livres das crianças deste Concelho, dizendo que é com satisfação que vê a realização destas atividades nas várias freguesias, bem como a Dinâmica Jovem, pois contribuem de uma forma muito importante e estruturante naquilo que é a ocupação dos jovens e, eventualmente, chegou-se ao ponto de se avaliar em conjunto, com o Município e as Freguesias, dar esta resposta de uma forma mais consolidada.

Destacou a sinaléticas dos caminhos vicinais e rurais, dizendo que, eventualmente se deveria fazer uma renovação da sinalética urbana no próximo ano, bem como a sinalética vertical que já está em desenvolvimento.

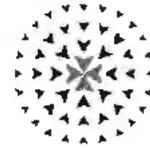
Fez referência à Estratégia Local de Habitação aprovada no valor global de dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta euros, que traduz um enorme desafio para aquilo que é a habitação, principalmente naquela que se traduz para o 1.º Direito e para a habitação social, tendo este mecanismo à disposição até 2025 para executar. Disse que espera que os nossos governantes olhem para esta situação de uma forma diferente e que possam vir a reforçar a Estratégia Local de Habitação mediante também a comprovação de execução dos Municípios.

Frisou que os Municípios não têm responsabilidades da descentralização na área da Saúde, porque existe uma Unidade Local de Saúde e todos estes Municípios estão excecionados desta responsabilidade, mas assumem tranquilamente determinadas situações e é o que vai fazer relativamente à Extensão de Saúde de Gáfete e aquilo que se fez indiretamente no trabalho de conseguir trazer um médico para o Concelho do Crato. Disse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

que a resposta que é feita aos utentes é global neste momento, segundo o Conselho de Administração, todos terão médico de família atribuído, havendo também uma médica em regime de apoio que responde a consultas de reforço.

Frisou que fez coincidir a entrega de uma viatura elétrica ao Centro de Saúde do Crato, em protocolo com a ULSNA, e a receção à nova médica, dizendo que é da responsabilidade dos Municípios criar as condições para que se possa ter essa amplitude de atrair médicos, que é um desafio enorme neste momento para os territórios do interior do País de uma forma transversal, apesar de alguns quererem passar que era só o Concelho do Crato que não estaria a ser bem trabalhado, mas infelizmente existem muitos Concelhos na situação do nosso.

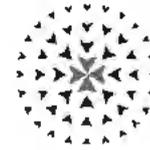
Fez referência à Extensão de Saúde de Gáfete, dizendo que o concurso feito pela ULSNA ficou vazio, e foi iniciado um trabalho, no qual está agendada uma reunião com a ULSNA no sentido de verificar as condições de adjudicar por ajuste direto pelo mesmo valor que foi a concurso, no sentido de chegar a bom porto nessas negociações, pois há um empreiteiro interessado em concorrer.

Relativamente ao Festival do Crato disse que, é um evento que requer muito trabalho, e que envolve muitos trabalhadores do Município que dão um suporte tremendo àquilo que é a continuação de mandato em mandato, tentando-se com o máximo rigor e perspectiva, a internacionalização do cartaz.

Disse que a receita apurada no Festival do Crato foi de cerca de quinhentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e cinco euros e trinta cêntimos, divididos por patrocínios e outras receitas e relativamente à Feira de Artesanato e Gastronomia foi de quarenta e oito mil, cento e trinta e um euros e sessenta e cinco cêntimos, dividido por gastronomia, restaurante e artesanato, o que perfaz um total de seiscentos e nove mil, noventa e seis euros e noventa e cinco cêntimos.

Em relação à despesa no que diz respeito ao Festival de uma forma global foi de novecentos e vinte mil, duzentos e oitenta euros e sessenta e quatro cêntimos e trezentos e onze mil, cento e oitenta e três euros e sessenta e nove cêntimos de valor negativo em termos daquilo que foi o investimento neste evento.

Disse que o Festival do Crato tem inúmeros desafios pela frente, pois existem muitas proliferações de festivais e este facto traduz um dos principais desafios, referindo que este ano foi um ano atípico, com grande aumento de preços ao nível daquilo que são os fornecimentos e serviços, com muitas remarcações em termos de artistas. Disse que para o futuro deve haver uma discussão alargada do que se quer relativamente ao Festival do Crato e que todos devem contribuir de uma forma construtiva e equilibrada do mesmo. A marca que se conseguiu



construir, não pode ser colocada em causa por meros argumentos políticos, pois todos os dias trabalha o melhor e o máximo possível a aprender o máximo com todos para dar continuidade a esta marca que foi criada há trinta e seis anos.

Disse que tudo aquilo que correu mal no Festival do Crato 2022 só tem um responsável, que é o Presidente da Câmara, Joaquim Diogo, e tudo aquilo que correu bem é dividido por todos aqueles que contribuíram com o seu trabalho neste evento, aos quais deixou um grande reconhecimento.

Disse que o Festival contou com mais segurança, uma renovação do artesanato com um espaço específico e um espaço de convívio para a restauração e tasquinhas, conseguindo dar uma imagem diferente ao Festival e na sua opinião esses objetivos foram atingidos.

Interveio o eleito **Miguel Batista do PS**, agradeceu a apresentação ao senhor Presidente e considera que o valor negativo do Festival não é significativo, não se conseguindo medir o retorno que houve em termos de economia local.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, congratulando-se com a apresentação de contas do Festival do Crato, agradecendo ao senhor Presidente.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, dizendo que reitera, sublinha e acompanha as palavras da eleita Ana Teresa Charneco.

2. **Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo**

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, dizendo que as suas fontes de reflexão se inserem no quadro do que tem assistido na internet a propósito de algumas reuniões do Executivo, em segundo lugar da concordância ou não entre si das diferentes forças políticas, tentadas que são as atuais posições. Neste quadro, no sentido de não se deixar influenciar ou contagiar, aproximar ou afastar raciocínios contraditórios, optou por se refugiar na factualidade, isto é, é cliente das Águas do Alto Alentejo, já foi do Município do Crato através de dois prédios urbanos de que é proprietário na freguesia de Monte da Pedra. Como tal analisou de forma analítica, rigorosa e meramente comparativa, capaz de se apetrechar de informação séria para apresentar aqui a título exemplificativo, mas verdadeiro dos respetivos documentos de despesa.



Disse que da análise dos documentos, que disponibiliza, conclui que da passagem do Município do Crato para as Águas do Alto Alentejo a leitura dos contadores estava correta com os valores a pagar e a corresponder aos valores efetivos, dizendo que o seu caso foi garantidamente de leitura e não de estimativa. Numa das suas faturas há serviço cobrado e não prestado, mas da sua inteira responsabilidade, ou seja, o serviço de saneamento é pago, mas não prestado num dos prédios que é sua propriedade, porque na transferência de propriedade aquando da morte dos seus pais, não teve o cuidado de desafetar e informar o serviço do Município do Crato desta incongruência.

Referiu que a Águas do Alto Alentejo vende a água no primeiro escalão, um cêntimo mais barato do que a compra em alta, por metro cúbico. O valor pago por metro cúbico atualmente à Águas do Alto Alentejo é mais baixo cinco cêntimos daquilo que pagava ao Município do Crato, havendo um aumento significativo da tarifa fixa da água e do saneamento respetivamente 100% e de 400%, ou seja, o da água passou de 1,5 € para 3 € e do saneamento passou 0,5€ para 2,5 €.

Frisou que da leitura que fez destes números, parece haver uma penalização da segunda habitação, a qual não discorda, porque a parte fixa é aquela que está desproporcionalmente cara relativamente àquilo que era no passado, coisa que não aconteceu na parte variável que é nos consumos propriamente dito. Por via do aumento exponencial da parcela fixa, bem como, uma penalização pelo preço mais do que proporcional em termos matemáticos dos médios e grandes consumidores, ou seja, o pequeno consumidor continua com a água relativamente barata ou mais barata do que estava a pagar.

No que concerne à política de discriminação positiva junto dos mais vulneráveis, disse que o Município do Crato encarrega-se de acautelar a utilização das ferramentas sociais ao seu dispor. Conclusão, tudo isto é factual e fundamentado nos seus documentos, admitindo que há casos que desconhece, mas o que apresenta aqui é o seu caso.

Referiu que no ano de 2020 a aquisição de serviço de abastecimento de água à Águas de Vale do Tejo, teve um custo médio unitário de 1,96€ o metro cúbico e o Município vendia a água, no primeiro escalão, a 0,65€, isto é, com um prejuízo de 1,31€ por metro cúbico. Entretanto reparou que a aquisição em alta à Águas de Vale do Tejo hoje, está a ter um custo de 0,61€ por metro cúbico, isto é, com um prejuízo de 1 cêntimo o metro cúbico.

Disse que, o atual valor do custo de aquisição da água por parte da Águas do Alto Alentejo só representa 30% do valor que o Município do Crato pagava em 2020 por idêntica aquisição à mesma empresa Águas do Vale do Tejo.



Perguntou ao senhor Presidente se é correto o que está a afirmar, e caso o raciocínio esteja correto poderá pensar que só pelo facto do Município do Crato ter deixado de vender água aos munícipes, isto representa uma avultada importância a corresponder a custos que deixaram de existir capazes de garantir e assegurar um decréscimo no preço da fatura da água.

Referiu que este raciocínio também se aplica a aquisição de serviços de saneamento de águas residuais junto da Águas de Vale do Tejo que tinham um custo de 1,40€ por metro cúbico, e agora a aquisição em alta à mesma empresa passou a ter um custo de 0,55€.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, dizendo que foi uma das pessoas que concordou com a formação da empresa Águas do Alto Alentejo, pois considera que é uma mais-valia e uma forma diferente de gerir a água, mais técnica, mais eficiente e mais qualificada, sendo objetivo uma sinergia entre as partes para ganhar escala e obter ajuda dos fundos comunitários.

Considera que o início não está a correr da melhor forma, pois a empresa alterou tarifários sem sequer informar ou esclarecer as pessoas, havendo situações em que cobram taxas de saneamento e as mesmas não têm saneamento.

Disse que no dia 27 de setembro houve uma intervenção na rede de abastecimento público de Monte da Pedra, havendo um aviso publicado das Águas do Alto Alentejo às 10h00 do próprio dia, e uma freguesa que não sabia, pois não tem redes sociais, ligou uma máquina de lavar e como não houve alimentação de água, esta avariou. Perguntou como se resolve, para que estes tipos de situações não se voltem a repetir, dizendo que é necessária informação porta-a-porta, mas nunca será possível, quando a Junta recebe informação na hora do acontecimento.

Interveio o eleito **Miguel Batista do PS**, lembrou que a constituição desta empresa foi criada pela necessidade dos municípios terem capacidade em termos de habitantes, e neste sentido poderem em conjunto submeter candidaturas a fundos comunitários para resolver problemas que existem a nível de abastecimento.

Relativamente a este ponto disse que é basicamente autorizar o Município do Crato a proceder a serviços de apoio à empresa Águas do Alto Alentejo, referindo que esta empresa se encontra num processo de candidatura a nível internacional para poder adjudicar serviços no âmbito das águas e das condutas, cujos municípios têm os funcionários e nada melhor do que estes para dar este apoio.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

Referiu que relativamente à água tem havido constrangimentos, mas considera que é necessário ter calma até que as coisas estabilizem, e por outro lado talvez, estes acontecimentos até foram educativos, pois de certeza que toda a gente já está a poupar mais água.

Concluiu dizendo que o grupo do Partido Socialista concorda e votará favoravelmente este ponto.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dando um exemplo que ocorreu na freguesia de Gáfete, de uma rotura em que quem teve que reparar e fazer a obra foi a Águas do Alto Alentejo, ficando surpreendido com a rapidez com que a equipa técnica chegou ao local e resolveu a situação, mas com a ajuda dos colaboradores do Município do Crato. Daí este ponto ser muito importante, pois os técnicos desta empresa ainda não conhecem bem o terreno.

Relativamente aos pontos seguintes, ouviu a explicação da técnica da Câmara Municipal, na reunião de Câmara respeitante, referindo que têm que ser abertas rúbricas no orçamento da despesa para fazer face àquilo que virá a seguir, ou seja, os portadores da vinheta branca e tarifa social.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, dizendo que votará favoravelmente, porque acompanha na íntegra o voto do senhor Vereador Marco Mendonça na Câmara, o seu voto coincide na forma e na substância aos termos despendidos pelo Vereador a propósito desta matéria, ou seja, o PPD/PSD é parceiro com as outras Câmaras do Partido Socialista neste processo das Águas do Alto Alentejo.

Disse se alguma responsabilidade política possa haver, o PPD/PSD antes das eleições tinha uma posição, hoje tem a mesma posição e futuramente terá a mesma posição, referindo que o impacto político disto, reparte-se na medida da proporcionalidade, parabenizando o Vereador Marco Mendonça, pois comprometeu-se com o passado, projetou o futuro com o que teve no passado.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, fez uma apresentação na qual referiu que esta decisão da criação da empresa intermunicipal, não foi com a intenção de se libertar de nada nem de nenhum problema. Está realmente preocupado com o que não corre tão bem e o que viu nesta oportunidade foi a solução para um problema que identificou no primeiro ano do primeiro mandato, ou seja, as receitas da água não cobriam de forma alguma a despesa que se tem com a gestão da água, do saneamento e dos resíduos, e que sozinho, dificilmente iria conseguir, enquanto município, ter a capacidade de resolver esse problema.

Frisou que politicamente a postura que se tem nas Assembleias e reuniões de Câmara, tem que ser igual à postura nas redes sociais e na maneira como transmitimos para fora, esse pensamento, notando que muitas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

vezes há falta de honestidade nessa transmissão, e objetivamente o senhor Vereador Marco Mendonça tem uma postura na reunião de Câmara e depois escreve outra.

Todos têm responsabilidade sobre este desafio, tanto Câmara Municipal como Assembleia Municipal, pois todas as decisões de agregar os dez Municípios passaram em sufrágio na Câmara e na Assembleia que incluem tarifários e contratos.

Frisou que relativamente aos avisos e aos editais, fez reflexo disso à empresa Águas do Alto Alentejo, dizendo que não se coloca de lado e defende este projeto como se fosse o Presidente do Conselho de Administração da empresa porque acredita nele. Acrescentou que todos receberam os avisos em casa e todos sabiam o que se ia passar, admitindo haver coisas que não correram tão bem e isso é necessário melhorar e continuar a acreditar que este é o melhor projeto para a gestão das águas e saneamento no Concelho do Crato.

Lembrou que em 2018, além de constatar este problema trouxe uma alteração ao tarifário, um aumento irrisório, o qual foi bastante contestado. Apercebeu-se da problemática que existia e na CIMAA foi-lhe facultado que teria decorrido um estudo, que não estava completo e não tinha sido entregue ainda à CIMAA para se poder, de alguma forma, decidir em conjunto o que se poderia fazer.

Deu nota que em 2005 ou 2007, não sabendo precisar, houve uma tentativa de fazer um tarifário único para todos os Municípios do Alto Alentejo que não foi conseguido operacionalizar, referindo que esse tarifário que estava proposto nessa altura, era substancialmente mais alto que aquele que a Águas do Alto Alentejo tem hoje em 2022 e, portanto, aqueles que dizem que havia uma solução melhor, quando estiveram no poder, não a conseguiram.

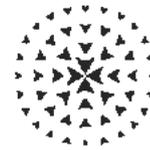
Disse que com a criação da empresa poderia haver inúmeros ganhos se conseguissem agregar um sistema maior tal como economias de escala, uma estratégia de planeamento de curto, médio e longo prazo, maior eficiência.

Frisou que, de acordo com a Lei das Finanças Locais, as diretivas da ERSAR, a autoridade do Tribunal de Contas e regras comunitárias, as tarifas têm de refletir todos os custos de exploração associados aos serviços prestados e isto é regra e todos vão ter esta condição a provar para se poderem candidatar aos fundos comunitários e na altura existia uma condição que era ter cinquenta mil consumidores, mínimo para poder aceder a esses fundos, o que era uma preocupação enorme.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

Disse que esteve em inúmeras reuniões com várias entidades e foram definidos quatro caminhos, ficar tudo como estava, cada um responsável pela sua gestão, concessionar a uma empresa privada 100% daquilo que é a gestão das águas, fazer uma parceria público-privada e criar uma empresa intermunicipal. E então dez municípios concordaram agregar-se, como um município líder, ficou o que tinha mais consumidores, que é o Município do Ponte de Sôr, e começaram a ser submetidas várias candidaturas. Em 29 de setembro de 2020 foi assinada a escritura de constituição da empresa intermunicipal.

Frisou que dos sete milhões de euros aprovados já estão executados três milhões de euros com o restante já em adjudicação e assim vai conseguir cumprir o compromisso de ao fim de 2023, executar os sete milhões, considerando que tudo está a bem e que já manifestou que é necessário começar a realizar trabalho para as próximas candidaturas, nomeadamente o município do Crato necessita muito de novas candidaturas de renovação de ramais de águas, pois neste momento só existe uma candidatura aprovada no Município, que é as perdas de água que andam na ordem dos 50%.

Deu nota que todos os tarifários e estudos foram suportados num projeto de viabilidade económica da empresa, como é exigido pela ERSAR, referindo que os 8.17% que o Crato tem, foi devidamente estudado e visto nesse sentido.

Disse que a contratação de recursos humanos para a empresa não foi um processo simples, porque havia um acréscimo naquilo que eram os rendimentos dos trabalhadores, com a garantia de quem transitasse dos Municípios para esta empresa, de o Município de origem garantir o lugar de reserva para esses trabalhadores. A operacionalização da migração de dados, a qual é legal porque o Município do Crato é sócio da empresa intermunicipal e sendo sócio, a passagem de dados de uma para o outro é legítima. Disse que isto acontece em muitos outros serviços e que não é argumento para quem rebater a coragem destes dez Municípios ao enfrentarem este desafio.

Informou que a decisão de deixar os técnicos do Município a auxiliar a empresa das Águas do Alto Alentejo foi ponderada, foi trabalhada em conjunto, para se poder fazer o contrato que vem hoje à aprovação da Assembleia Municipal. Disse que isto tem uma razão de ser, que é dar tempo à empresa para que ganhe estrutura e conhecimento, garantindo assim o bom serviço às populações.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município



Disse que a faturação das águas é uma preocupação grande, relativamente àquilo que aconteceu, especialmente nas pessoas que têm baixos rendimentos, mas que a empresa ia começar a regularizar as leituras de todos os contadores.

Considera que a empresa tem que investir mais nos meios de comunicação, pois têm que ser mais óbvios e mais rápidos a chegar à população, porque nem todas as pessoas têm redes sociais.

Deu nota que a conta que se fez, normalmente é utilizado dez metro cúbicos como valor médio de referência, se estivessemos isolados e fossem imputados todos os custos, teríamos um tarifário a rondar acima dos quarenta euros e neste momento está implantado um tarifário que ronda os vinte e quatro euros por dez metros cúbicos, dizendo que aqui já existe uma economia de escala e, neste sentido as pessoas não conseguem medir o ganho, que teriam estar agregados a uma empresa destas, pois nunca foi aplicado o tarifário dos quarenta euros.

Considera que, com a criação da empresa, tem que ser relevada a oportunidade de ir a fundos europeus, a oportunidade de se constituir uma empresa que retem técnicos no Alto Alentejo, relevar a maneira como se profissionaliza uma área, pedindo tempo para esta empresa e acompanhamento de uma forma séria e vertical.

Relativamente ao tarifário das Águas do Vale do Tejo disse que aquilo que o Município do Crato reflete nesse valor cobrado por esta empresa tem como base um histórico de um ano inteiro e reflete lá 1,96 e o que as Águas do Alto Alentejo estão a refletir é um histórico de um mês ou dois e, portanto, neste momento ainda não é possível comparar, pois só vai ser possível comparar este custo com a água em alta ao fim de um ano de operação e nessa altura a comparação será mais fidedigna. Disse ter a sensação que não irá haver uma diferença substancial, porque os Municípios passaram os direitos e obrigações que tinham com as Águas do Vale do Tejo para as Águas do Alto Alentejo, o que pode ser diferente são os custos variáveis que cada Município tinha, tais como energia, produtos químicos, transportes, recursos humanos e isto pode influenciar o valor.

Disse que se irá ver já uma diferença de escala naquilo que é o custo em alta com aquilo que era reflexo do Município, mas só se pode comparar talvez no final do ano ou com mais um ano de operação.

Frisou que a análise que foi aqui feita está correta, a água no primeiro escalão desceu, o saneamento subiu exponencialmente, as taxas fixas subiram também exponencialmente e os resíduos não subiram rigorosamente nada, contrariamente àquilo que muitos dizem.



11

Disse que quer fazer um trabalho consolidado ao nível dos resíduos, está-se a trabalhar para o fazer de uma forma diferente, referindo que o Município do Crato não é exemplo, mas melhorou-se substancialmente naquilo que é a recolha dos resíduos, mas não se está bem naquilo que é o tratamento e por isso existe um objetivo absolutamente desafiante nesta matéria.

Concluiu dizendo que está absolutamente preocupado com o que não corre bem, disponibilizando-se para reportar às Águas do Alto Alentejo todas as situações menos boas.

Tomou a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, referindo a título de declaração de voto, que o PPD/PSD sente-se muito confortável em votar favoravelmente todas estas propostas na medida em que se está a falar de uma empresa de gestão pública da água, pois se se falasse da gestão privada da água, naturalmente, não estaria com à vontade de votar favoravelmente estas mesmas propostas.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, considerando pertinente dizer que se vai votar o Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo e, nesse sentido os eleitos da CDU votam favoravelmente porque não querem prejudicar a prestação de serviços à população, considerando que isto é o mais importante neste momento, independentemente de haver pontos de vista diferentes.

Depois das várias intervenções havidas, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, colocou o **Acordo de Colaboração por Tempo Determinado para a Execução de Trabalhos pelos Municípios à Águas do Alto Alentejo**, nos termos da deliberação n.º 262 da minuta da ata 20/2022, de 21 de setembro, da Câmara Municipal, à votação a qual foi **aprovada, por unanimidade**.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio Calado**, no momento da votação não estava presente na sala.

Os eleitos da CDU apresentaram uma declaração de voto.

3. Apreciação e votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão ao Orçamento 2022

Interveio o eleito **Miguel Batista do PS**, dizendo que se está praticamente em outubro e uma segunda revisão é sintomático de uma boa gestão, pois podia ser a décima, além de que esta alteração vem trazer aqui alguma justiça àquilo que a empresa ainda não conseguiu resolver, referindo que os Municípios estão agora a proceder

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município



de forma a poder ajudar as pessoas mais carenciadas e que o grupo do Partido Socialista votará favoravelmente.

Tomou a palavra o eleito **Pedro Carranca, da CDU**, referindo que o grupo da CDU iria entregar uma declaração de voto para os pontos 3 e 4, a qual se anexa à presente ata.

Depois das várias intervenções havidas, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, colocou a **2ª Revisão ao Orçamento 2022**, nos termos da deliberação n.º 277 da minuta da ata 21/2022, de 23 de setembro, da Câmara Municipal, à votação a qual foi **aprovada**, por **maioria**, a saber:

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio Calado**, no momento da votação não estava presente na sala.

a) **16** (dezasseis) **votos a favor**, a saber:

- **dez** (dez) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João Manuel Ferreira Farinha, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Luís Duarte Lopes Tomé, Francisco João Belo Farinha, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Cáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: Rui António Pires Marques, Celestino Marques Faustino Eduarda Maria Subtil Pires e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **2** (dois) **voto do Grupo do Nós Cidadãos**: João Paulo Mendes Baleiza e Hugo José Correia Pires.

b) **2** (duas) **abstenção**, a saber:

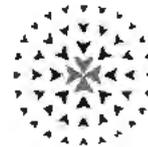
- **2** (dois) **voto do Grupo da CDU**: Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco e Pedro Alexandre Bizarro Carranca, que apresentaram declaração de voto.

4. **Apreciação e votação** sob proposta da Câmara Municipal da **2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022/2025**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

Não havendo intervenções por parte dos eleitos, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, colocou a **2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2022/2025**, nos termos da deliberação n.º 278 da minuta da ata 21/2022, de 23 de setembro, da Câmara Municipal, à votação a qual foi **aprovada**, por **maioria**, a saber:

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio Calado**, no momento da votação não estava presente na sala.

a) **16** (dezasseis) **votos a favor**, a saber:

- **dez** (dez) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, João Manuel Ferreira Farinha, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Luís Duarte Lopes Tomé, Francisco João Belo Farinha, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: Rui António Pires Marques, Celestino Marques Faustino Eduarda Maria Subtil Pires e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **2** (dois) **voto do Grupo do Nós Cidadãos**: João Paulo Mendes Baleiza e Hugo José Correia Pires.

b) **2** (duas) **abstenção**, a saber:

- **2** (dois) **voto do Grupo da CDU**: Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco e Pedro Alexandre Bizarro Carranca, que apresentaram declaração de voto.

5. **Apreciação e votação**, sob proposta da Câmara Municipal, do **Apoio Social - Aprovação da Tarifa Social da Água nos Termos do Decreto Lei 147/2017, 5 de dezembro e Ressarcimento de Verbas no Âmbito do Regulamento Municipal "Crato por Tudo" – CMI Vinheta Branca - à Empresa Intermunicipal Águas do Alto Alentejo**

Interveio a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, para fazer um enquadramento deste ponto por considerar de extrema importância reforçar os considerandos da proposta da Câmara Municipal, a saber:

"1.O Município do Crato deixou a partir de 1 de julho de 2022, de ser a entidade gestora do fornecimento de água em baixa, passando a mesma para a empresa intermunicipal" Águas do Alto Alentejo;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

2. A Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. tem recebido vários pedidos de adesão à Tarifa Social devidamente reguladas no Dec. Lei 147/2017 de 05 de dezembro. Entre os vários artigos que compõem este Dec. Lei 147/2017, destacamos os pontos 1 e 2 do Art.º 4º - "Financiamento da tarifa social" e também os pontos 1, 2 e 3 do Art.º 6º - "Procedimento de atribuição da tarifa social",

3. Compete às câmaras municipais promover a instrução e decidir a atribuição da tarifa social conforme Dec. Lei 147/2017 de 05 de dezembro, a saber:

3.1. Art.º 4º - Financiamento da tarifa social

3.1.1. Compete ao município aderente o financiamento da respetiva tarifa social;

3.1.2. Quando a prestação dos serviços de águas é assegurada por entidade distinta do município, o financiamento da tarifa social é suportado por cada município na exata medida da diferença que resultar do tarifário em vigor aplicável e a resultante da deliberação de adesão à tarifa social.

4. Art.º 6º - Procedimento de atribuição da tarifa social

4.1.1. A atribuição da tarifa social ao cliente final do fornecimento dos serviços de águas é automática, não carecendo de pedido ou requerimento dos interessados, sem prejuízo do disposto nos números 7 e 8 do diploma;

4.1.2. Compete à câmara municipal promover a instrução e decidir a atribuição da tarifa social após deliberação a que se refere o artigo 3.º;

4.1.3. Os municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

5. Art.º 2º - "Clientes finais elegíveis", que determina:

5.1. São elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica;

5.2. Para efeitos do disposto no número anterior, encontram-se em situação de carência económica as pessoas beneficiárias, nomeadamente, de:

a) Complemento solidário para idosos;

b) Rendimento social de inserção;

c) Subsídio social de desemprego;

d) Abono de família;

e) Pensão social de invalidez;



f) *Pensão social de velhice.*

5.3. *Para efeitos do disposto no n.º 1 são considerados ainda em situação de carência económica os clientes finais, cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a € 5 808, acrescido de 50 % por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10, ainda que não beneficiem de qualquer prestação social.*

E por conseguinte: Ressarcimento de verbas no âmbito do regulamento municipal “Crato por Tudo” – CMI vinheta branca - à Empresa Intermunicipal Águas do Alto Alentejo.

6. *Por via do artigo 25º, números 2 e 3, do “Regulamento Municipal “Crato por Tudo”, os portadores do cartão municipal do idoso, vinheta branca, têm os seguintes benefícios:*

6.1. *Desconto de 80% nas tarifas do consumo de água para uso doméstico, que não ultrapasse os 5 m³ mensais, desde que o contador esteja em nome do beneficiário ou do cônjuge há pelo menos um ano;*

6.2. *Desconto de 80% nas tarifas dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos para os consumidores do primeiro escalão, doméstico;*

6.3. *Isenção da tarifa fixa desde que englobada no ponto 2.1.e 2.2.;*

7. *Não nos parece justo que por via da passagem do fornecimento de água em baixa do município para a empresa intermunicipal que as benesses regulamentadas “Regulamento Municipal Crato por Tudo”, os portadores do cartão municipal do idoso, vinheta branca, não deixem de ser aplicadas;*

8. *A empresa Águas do Alto Alentejo na sua faturação mensal pode a pedido do Município do Crato, fazer refletir essas benesses regulamentadas em sede de regulamentação municipal, sendo que o município do Crato deve ressarcir-las das verbas em causa.”*

Pediu a palavra o eleito **Rui Marques, do PSD**, referindo que se fala dos mais desfavorecidos ao nível da carência económica e, qualquer que seja a razão que a mesma incorpora, está para votar favoravelmente o apoio aos mais desprotegidos.

Interveio a eleita **Eduarda Pires, do PSD**, para perguntar qual é a abrangência desta medida, ou seja, quantas pessoas vai abranger a vinheta branca e relativamente aos clientes finais elegíveis para a tarifa social, o que é que a Câmara já diligenciou neste sentido e qual o número de pessoas que vai abranger esta medida.

O senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, respondeu que relativamente ao Cartão Municipal do Idoso, vinheta branca, há neste momento 332 cartões atribuídos nos quais 96 são elegíveis para este apoio, dando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 4/2022, de 29 de setembro

Reunião Ordinária



CRATO
Município

nota que este apoio entrará em vigor com referência à fatura de agosto e que esteve a pagamento no mês de setembro.

Só na próxima semana depois de ser aqui aprovado, é que as equipas vão começar a trabalhar no que diz respeito ao Cartão Municipal do Idoso, naturalmente com a ajuda das Juntas de Freguesias do Concelho.

Disse que foi feita uma modificação daquilo que era a ideia inicial, porque neste momento em termos informáticos a empresa ainda não está preparada para submeter automaticamente aquilo que é o apoio do Cartão Municipal do Idoso, mas a todo o momento que isso seja possível, será feito de forma direta na fatura.

Deu nota que relativamente ao tarifário social, foi deliberado pela empresa como é obrigação por Lei, no seu tarifário e cumpre as regras, cabe a cada Município decidir a sua integração e essa integração é feita de uma forma quase automática, solicitando à DGAL a análise pelo NIF dos clientes, para saber quem é que está em condições de usufruir deste apoio e no fim de cada mês é enviada uma fatura ao Município para liquidar esse apoio social, ou seja, será o Município, através das suas verbas, a liquidar o apoio social que é atribuído nesta tarifa social.

Depois das várias intervenções havidas, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, colocou o **Apoio Social - Aprovação da Tarifa Social da Água nos Termos do Decreto Lei 147/2017, 5 de dezembro e Ressarcimento de Verbas no Âmbito do Regulamento Municipal "Crato por Tudo" – CMI Vinheta Branca - à Empresa Intermunicipal Águas do Alto Alentejo**, nos termos da deliberação n.º 279 da minuta da ata 21/2022, de 23 de setembro, da Câmara Municipal, à votação a qual foi **aprovada, por maioria**, a saber:

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio Calado**, no momento da votação não estava presente na sala.

a) **16 (dezasseis) votos a favor**, a saber:

- **dez (dez) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, João Manuel Ferreira Farinha, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Luís Duarte Lopes Tomé, Francisco João Belo Farinha, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Cáfete, José Manuel Abreu Garcia.



- **4 (quatro) votos do Grupo do PSD:** Rui António Pires Marques, Celestino Marques Faustino, Eduarda Maria Subtil Pires e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
 - **2 (dois) voto do Grupo do Nós Cidadãos:** João Paulo Mendes Baleiza e Hugo José Correia Pires.
- b) **2 (duas) abstenção**, a saber:
- **2 (dois) voto do Grupo da CDU:** Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco e Pedro Alexandre Bizarro Carranca, que apresentaram declaração de voto.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio Calado**, no momento da votação não estava presente na sala.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Declaração Política

Tomámos conhecimento da promulgação do Decreto Lei nº 62/2022 de 26 de setembro, congratulamo-nos com a concretização do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, vulgo Barragem do Pisão, como interesse público.

Em 1957 surgiram os primeiros estudos sobre a Barragem do Pisão como mais valia agrícola no Plano de Valorização do Alentejo, cujo objetivo era o armazenamento dos caudais da Ribeira de Seda.

Em 2010 foi realizado um estudo pela empresa Coba a pedido da Câmara do Crato então presidida pelo Dr. João Teresa Ribeiro (CDU) que conseguiu o apoio de todos os municípios para a realização do Estudo de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato nas vertentes de rega, do abastecimento público e da criação de uma central mini-hídrica estimou o custo da obra em cerca de 100 milhões de euros.

Em 2016 uma resolução da Assembleia da República considera a Barragem do Pisão obra prioritária aprovada por unanimidade por todos os grupos parlamentares foi inclusive recomendada a inclusão do projeto nas prioridades de investimento do regadio, no Plano Nacional de Regadio e no de Valorização do Interior (ex-programa nacional para a coesão territorial).

Em todos os estudos efetuados a Barragem do Pisão é apontada como indispensável.

Na promulgação pelo Presidente da República esta terça feira do diploma do Governo que contempla a construção da Barragem do Pisão, o mesmo afirma que o regime adotado não é o ideal manifestando reservas quanto à proteção de direitos de eventuais atingidos bem como o facto da duração muito longa", mas justifica a decisão de promulgar a construção com o consenso acerca da importância essencial da barragem sucessivamente reafirmado e manifestado pela Associação Nacional de Municípios. Esta aprovação permite proceder à delimitação da área de intervenção adotando medidas especiais necessárias à sua concretização no prazo de vigência do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De acordo com o presidente da CIMAA entidade responsável pela execução do projeto. Este empreendimento pela "dimensão e complexidade conta com uma serie de procedimentos administrativos formais e jurídicos. Trata-se de um valor de 171 milhões de euros dos quais 120 milhões do PRR.

O projeto da Barragem do Pisão no Concelho do Crato obteve declaração de impacto ambiental com parecer "favorável **condicionado**". O abastecimento público de água dos concelhos de Nisa, Crato, Ponte de Sor, Fronteira, Sousel, Alter do Chão e Avis é apresentado como principal objetivo do projeto. No entanto é claro que esta não é a principal finalidade uma vez que o volume dedicado ao abastecimento público representa pouco mais de 1% enquanto que o agrícola representa 65%.

Embora todos os constrangimentos que ainda possam vir a existir, a concretização deste projeto irá sem dúvida garantir e proporcionar um melhor abastecimento de água, irá abranger 10 mil



hectares de regadio, fundamental na atividade agrícola, no turismo e ainda no sector da energia já que o projeto abrange uma central fotovoltaica flutuante.

Declaramos, assim, que este passo seja considerado, não apenas um “passinho”, mas um sinal que poderá contribuir para a melhoria das condições de vida da população, se o caminho for público, transparente, objetivo e sério por todos os intervenientes.

Crato, 29 de setembro de 2021

O grupo da CDU

Pe. Alvaro Bizano Lamas
Arca Teresa Baptista Correia Lopes Chaves

Declaração Política

Perante as preocupações da população relativas à água e à atividade da empresa intermunicipal da gestão da água e os problemas que decorrem desta gestão, a CDU reafirma a sua posição, como sempre fez, de entendimento que a atribuição e delegação da gestão da água seria um erro que afetaria a população, o que se tem vindo a confirmar.

Como sempre dissemos, a posição da CDU sobre a delegação da gestão da água pública para a empresa intermunicipal, é pública e sempre fomos manifestamente contra por várias razões já anunciadas, e os últimos acontecimentos, vêm confirmar que a CDU sempre teve razão em não querer confiar a gestão da água à empresa intermunicipal, até pelo aumento da fatura da água que já previa e comunicou.

Contextualizando, esta empresa intermunicipal, foi constituída em 29 de setembro de 2020 e iniciou a sua atividade em 28 de outubro do mesmo ano, e estava inicialmente proposto a passagem da gestão das águas dos municípios para aquela empresa, até 31 de dezembro de 2021, e, entretanto, solicitou, para que apenas em 1 de julho de 2022 assumisse a gestão, exploração, manutenção e conservação do sistema público de distribuição de água.

Considera-se assim, que esta delegação de gestão e exploração da água pública, por um período contratual de, pelo menos 20 anos, não teve a preparação merecida e já começa muito mal. A empresa intermunicipal alega atrasos na fase de implementação e das suas competências, tanto nas insuficiências dos recursos humanos, dos recursos materiais, tecnológicos e outros, o que inviabiliza toda a sua funcionalidade, no período que estava considerado. Este facto, também dá razão às posições da CDU, com a posição contra, da sua adesão, e com a convicção que este não era o melhor caminho para resolver os problemas da água no nosso concelho.

Declaramos que as questões sobre a gestão da água envolvem várias perguntas, nomeadamente a contagem da água, a legitimidade dos dados bancários fornecidos à empresa, o espaço de um edifício público cedido à empresa intermunicipal no nosso concelho. São questões que devem ser esclarecidas à população, para maior transparência no tratamento da resolução destas problemáticas que afligem a população do concelho.

É neste quadro que a CDU constata, que após pouco mais de um mês de entrada em funcionamento da nova Empresa Intermunicipal de Águas do Alto Alentejo, todo o cenário de degradação das condições de prestação deste serviço público, antecipada pela CDU, se confirma. Declaramos que pugnamos por uma gestão da água pública que coloque os interesses da população, do ambiente e da região em primeiro lugar.

Crato, 29 de setembro de 2021

O grupo da CDU